



COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2024

(Do Senhor Evair Vieira de Melo)

Requer, nos termos constitucionais e regimentais, que sejam prestadas informações pelo Excelentíssimo Ministro da Educação Camilo Santana, acerca da ausência de consideração do Tesouro Nacional na elaboração da Medida Provisória que autoriza o governo a utilizar até R\$ 20 bilhões para bolsa de ensino médio.

Senhor **Presidente**,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, seja encaminhado pedido de informações ao Excelentíssimo Ministro da Educação Camilo Santana, acerca da ausência de consideração do Tesouro Nacional na elaboração da Medida Provisória que autoriza o governo a utilizar até R\$ 20 bilhões para bolsa de ensino médio.

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se as seguintes informações:

- *Ministro Camilo Santana, poderia explicar por que o Tesouro Nacional não foi consultado de forma apropriada durante a*





elaboração da Medida Provisória que destina até R\$ 20 bilhões para bolsas de ensino médio?

- Considerando a importância da análise técnica do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) em medidas que implicam aumento de despesas, por que esses órgãos não foram envolvidos no processo de formulação da MP?*
- Como o Ministério da Educação justifica a rapidez com que a MP foi assinada, dado que a secretária-adjunta do Tesouro Nacional, Viviane Varga, declarou que não houve tempo hábil para uma manifestação formal do órgão?*
- A ausência de análise detalhada do Tesouro Nacional e da SOF pode impactar a sustentabilidade fiscal da medida. Como o Ministério planeja abordar essas preocupações fiscais?*
- Quais foram os critérios adotados para definir o montante de R\$ 20 bilhões para o fundo de bolsas de ensino médio e como esse valor se alinha com as projeções orçamentárias futuras?*
- Como o Ministério da Educação pretende garantir a transparência e a eficiência na implementação desta Medida Provisória, considerando as recomendações e os pareceres técnicos das áreas do Ministério da Fazenda?*
- De que maneira o Ministério da Educação planeja colaborar com o Ministério do Planejamento para assegurar a adequação orçamentária e financeira de medidas futuras, em linha com o que exige a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023?*
- Como o Ministério da Educação pretende responder às preocupações levantadas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) sobre o prazo insuficiente para uma análise jurídica adequada da MP?*



JUSTIFICATIVA





Este requerimento tenciona o pedido de informações ao Excelentíssimo Ministro da Educação Camilo Santana, acerca da ausência de consideração do Tesouro Nacional na elaboração da Medida Provisória que autoriza o governo a utilizar até R\$ 20 bilhões para bolsa de ensino médio.

Isto porque, conforme noticiado¹, o Tesouro Nacional foi ignorado na elaboração da Medida Provisória (MP) que autoriza o governo a usar até R\$ 20 bilhões em um fundo privado de financiamento de bolsas para incentivar a permanência de alunos de baixa renda no ensino médio. A informação é do jornal Folha de S. Paulo. Conforme documento obtido pelo jornal por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), o conteúdo foi enviado para consulta dos técnicos do órgão em 27 de novembro de 2023. No mesmo dia, a MP foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Camilo Santana (Educação).

Normalmente, medidas que resultam em aumento de despesas são submetidas à análise do Tesouro Nacional ou da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), vinculada ao Ministério do Planejamento. As equipes desses órgãos preparam subsídios técnicos avaliando os impactos fiscais globais dessas políticas. A secretária-adjunta do Tesouro Nacional, Viviane Varga, declarou, em um despacho de 1º de dezembro, que não houve tempo suficiente para uma manifestação formal do órgão. Segundo informações do jornal, a SOF também não foi consultada na elaboração da Medida Provisória (MP).

Apesar de receber aprovação de especialistas, a nova medida tem suscitado preocupações fiscais. De acordo com a Folha, nos bastidores, a ausência de análise técnica por parte desses órgãos é considerada problemática.

1 <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/governo-ignorou-tesouro-ao-editar-mp-que-cria-fundo-de-r-20-bi-para-bolsa-de-ensino-medio,dda0222eb93693977a3fb864c239200cv4yc49i6.html>





O Ministério do Planejamento está trabalhando em uma reformulação do formato do Orçamento, que incluirá projeções detalhadas para os próximos três anos. Especificamente para o fundo de financiamento das bolsas de ensino médio, estão previstos aportes de cerca de R\$ 7 bilhões em 2025 e 2026.

Em resposta via Lei de Acesso à Informação (LAI) ao jornal, o Ministério informou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023 exige que atos que criam ou expandem despesas obrigatórias de caráter continuado sejam previamente submetidos a órgãos governamentais para análise de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira. Técnicos acreditam que, considerando a nova estrutura da Esplanada dos Ministérios, essa análise deveria ser feita pela Fazenda e pelo Planejamento, especificamente pelo Tesouro e pela SOF, o que não ocorreu.

Conforme o jornal, três áreas do Ministério da Fazenda emitiram pareceres técnicos sobre a MP: a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Secretaria de Política Econômica (SPE) e a Secretaria de Reformas Econômicas (SRE).

A PGFN, apesar de favorável, ressaltou que o curto prazo de apenas um dia para análise jurídica comprometeu a avaliação adequada da proposta. A SPE também se mostrou favorável, mas sugeriu que o Tesouro e a SOF fossem consultados sobre os impactos financeiro e orçamentário.

Por fim, a SRE, igualmente favorável, recomendou ajustes para garantir que a regulamentação dos valores, formas de pagamento e critérios de operacionalização e uso da poupança seja definida por um ato conjunto dos ministérios da Educação e da Fazenda.

Destarte, tendo em lume que a atividade fiscalização se amolda em uma das funções típicas do Poder legislativo, é imperiosa a necessidade da aprovação desta proposição, no esteio de se auferir informações relevantes quanto às ações do Governo acerca





CÂMARA DOS DEPUTADOS

da ausência de consideração do Tesouro Nacional na elaboração da Medida Provisória que autoriza o governo a utilizar até R\$ 20 bilhões para bolsa de ensino médio, no desiderato de se velar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar providencias com finalidade de sejam concretizadas de forma eficiente e transparente.

Brasília, de de 2024.

DEPUTADO Evair Vieira de Melo

Apresentação: 18/03/2024 09:10:17.710 - CFEC

REQ n.21/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD246001609700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

